

Programa de Governo Eduardo Braga 2014 - Diretrizes e Ações

- A. Apresentação
- B. O que é este documento
- C. Panorama Geral
- D. Ações Prioritárias
 - 1. Gestão Pública e Planejamento
 - 2. Saúde
 - 3. Segurança Pública e Justiça
 - 4. Assistência Social
 - 5. Educação
 - 6. Ciência, Tecnologia e Inovação
 - 7. Política Indígena
 - 8. Cultura
 - 9. Juventude
 - 10. Mulher
 - 11. Esporte e Lazer
 - 12. Meio Ambiente
 - 13. Produção Rural
 - 14. Infraestrutura e Logística
 - 15. Turismo

A. APRESENTAÇÃO

Governar um Estado com as características do nosso Amazonas é um grande desafio. Mas ele se torna um pouco menor quando a gente elabora um Programa de Governo de mãos dadas com quem mais entende dos problemas e anseios da população: o próprio povo amazonense. Posso dizer que temos um Programa feito não por duas ou quatro, mas por milhares de mãos. Mãos de gente trabalhadora e honesta, que espera por dias melhores e uma vida mais digna.

Tive o privilégio de visitar cada canto do nosso Estado para conversar e, principalmente, ouvir as pessoas. Sempre com muito respeito e humildade. Não medi esforços: andei de carro, de moto, de barco, de avião e continuo caminhando pelas regiões. Porque tenho consciência de que, para fazer um governo eficiente e sintonizado com os problemas que mais afligem a nossa gente, o governante tem que ir aonde o povo está. Tem que estar presente, como sempre estive em todos os meus anos de vida pública.

É desta forma colaborativa que está nascendo um Programa de Governo mais próximo das reais necessidades do povo amazonense. Um programa com novas ideias para um novo futuro. Um futuro no qual os avanços em nosso Estado aconteçam com mais agilidade e menos burocracia. Com mais eficiência e menos desperdício. Com mais trabalho de verdade e menos propaganda.

Fui governador do Amazonas por dois mandatos. Deus me deu esta possibilidade, mas quem me concedeu esta honra foi o povo do Amazonas. Naquele tempo, o Estado deu um grande salto, com importantes avanços.

As diretrizes aqui apresentadas oferecem ao Amazonas a possibilidade de dar um segundo salto, com novas mudanças fundamentais para a retomada do crescimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Novas mudanças na saúde, na segurança, na mobilidade urbana, na educação com foco no trabalho, no cuidado com os jovens, no zelo com o futuro.

Mas a maior mudança, que possibilitará todas as outras, será no jeito de governar. Terei ao meu lado, como vice-governadora, Rebecca Garcia. Rebecca representa não só os anseios da

juventude como também a luta pela valorização das mulheres do Amazonas. Juntos, unimos renovação e experiência. Juntos, teremos mais força para fazer uma revolução nos métodos de gestão pública com estabelecimento de metas, fiscalização e avaliação de resultados. A ideia é construir um Estado mais leve, mais moderno e com maior capacidade de investimento.

Mais que um compromisso, este será o nosso dever.

Eduardo Braga
Governador -15

B. O QUE É ESTE DOCUMENTO

Esta versão do Programa de Governo é uma síntese, contextualizando as principais áreas estratégicas, estabelecendo diretrizes e ações para o desenvolvimento social, econômico e ambiental que pretendemos implementar no período de 2015-2018. Não se trata de um documento fechado. Elaboradas por equipes técnicas do mais alto gabarito, e com base na consulta à população da Capital e do Interior, por meio do programa *O PMDB Ouve Você*, as propostas aqui contidas continuarão abertas ao debate com os cidadãos amazonenses durante o processo eleitoral, e certamente serão enriquecidas pela sabedoria de nosso povo.

Nosso propósito é retomar a trajetória de desenvolvimento sustentável que o Amazonas trilhou a partir de 2003 até o início de 2010. Trabalharemos incessantemente com o objetivo de colocar nosso Estado de volta aos trilhos, com uma gestão vigorosa da máquina pública, baseada no estabelecimento de metas e com o compromisso de gerar resultados que beneficiem o cidadão amazonense.

Posteriormente, este Programa de Governo será desdobrado nos planos das diversas secretarias de Estado e suas áreas de atuação e abrangência, permitindo controle e avaliação constantes, principalmente no que se refere à aplicação dos recursos públicos. Isto tudo estará submetido a uma gestão moderna e transparente que se impõe implantar na Administração Pública do Amazonas.

C. PANORAMA GERAL

O Amazonas anseia por uma revolução nos métodos de gestão, que se traduza no maior zelo na aplicação do dinheiro do contribuinte, com eliminação dos desperdícios e da malversação dos recursos.

No último período de governo (2010-2014), beneficiado pelo incremento da atividade econômica resultante das políticas públicas federais, o Governo do Amazonas experimentou significativo incremento de 62,7% em suas receitas orçamentárias – que saltaram dos R\$ 8,46 bilhões (2009) para R\$ 14, 77 bilhões (2013).

No entanto, o fato de o governo ter tido mais dinheiro em caixa não beneficiou a população. Setores como o da Saúde, da Segurança Pública e da Educação apresentam indicadores que apontam, quando não para a deterioração da qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado, para a estagnação. Em outras palavras, o salto nas receitas não resultou em salto algum naquilo que é oferecido ao povo.

O que cresceu, e muito, foram as despesas correntes: 59,7% – passando de R\$ 6,7 bilhões (2009) para R\$ 11,36 bilhões (2013-Fonte: SEFAZ). O aumento do custeio da máquina pública sugou os recursos que foram disponibilizados pelo incremento da receita, prejudicando a capacidade de investimento do Estado. Dessa forma, o governo atuou com grande timidez no combate aos problemas que afligem a sociedade amazonense – como, por exemplo, a dificuldade de mobilidade urbana na Capital e o abandono da infraestrutura do Interior, principalmente nas ações de saneamento.

A Saúde é apontada pela população como o seu maior problema. É preciso otimizar a distribuição e a aplicação dos recursos. A falta de gestão do Sistema Estadual de Saúde tem gerado grandes filas de espera por consultas, exames e cirurgias especializados. O que se vê é o desrespeito ao cidadão, que em momento de fragilidade, é submetido à humilhação de madrugar nas portas de hospitais e peregrinar entre as diversas unidades de saúde em busca de atendimento.

Os indicadores de saúde pública – como os de mortalidade materna e infantil e de doenças como malária, tuberculose, AIDS, hepatite B, hanseníase – são todos elevados. De forma paradoxal, o Amazonas é o Estado brasileiro que mais investe recursos próprios na Saúde, o que confirma que a origem dos problemas está na falta de controle quanto à aplicação do público.

A Segurança Pública é outro grande desafio. O Amazonas investiu nos últimos dois anos mais de R\$ 1,2 bilhão em programas de Segurança e, apesar desse investimento maciço, figura no 11º lugar no ranking nacional de mortalidade violenta (de acordo com o Mapa da Violência 2014), apresentando uma taxa de 36,7 homicídios por 100.000 habitantes, bem acima da média nacional, que é de 29. Além disso, Manaus figura entre as 50 cidades mais violentas do mundo de acordo com o ranking 2013 do Conselho Cidadão para a Segurança e Justiça Penal do México.

A população amazonense tem sido penalizada por vários problemas emergentes. Destacam-se o crime organizado (em especial, o tráfico de drogas), os roubos, furtos e estupros nas paradas de ônibus, a falta de resposta à sociedade em relação à punição dos criminosos, a superlotação do sistema penitenciário, a corrupção dos agentes policiais e, por fim, a total ausência de segurança no Interior.

O estudo "Relatório do Trabalho Decente", publicado em 2012 pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, revela que em 2009 21,4% dos jovens amazonenses entre 15 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam. Esta estatística revela que o sistema educacional público do Amazonas não tem sido capaz de motivar os nossos jovens para a Educação, e muito menos de prepará-los para os desafios do mercado de trabalho.

Urge consolidar a rede pública estadual como um sistema criativo, produtivo e de alto rendimento escolar, com competência para desenvolver as potencialidades de nossa juventude, preparando o Amazonas para o futuro.

Há muito a se fazer para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos na Capital e no Interior. De todos os problemas de falta de infraestrutura, o que afeta o maior número de cidadãos com maior frequência é o da mobilidade urbana.

O Transporte Coletivo é um dos maiores entraves no desenvolvimento urbano da Capital, travando o avanço econômico de regiões periféricas. O enorme volume de congestionamentos diários impactam negativamente no PIB de Manaus. Conjugados com a implantação de um sistema de transporte público de alta capacidade, novos corredores viários precisam ser criados para minorar os transtornos que a população enfrenta diariamente.

Os desafios, enfim, são imensos. Nas próximas páginas, apresentamos as diretrizes que irão nortear o nosso governo, visando elevar a qualidade de vida do presente e preparar o Amazonas para o futuro.

D. AÇÕES PRIORITÁRIAS

Passada meia década de uma gestão que não priorizou o planejamento e o controle, o Amazonas escancara graves problemas nas mais diversas áreas, principalmente na Saúde, na Segurança Pública, na Mobilidade Urbana e na Educação.

Dessa forma, desde o primeiro dia, nosso governo irá se empenhar no desenvolvimento das seguintes ações prioritárias, dando rápida resposta aos anseios da população amazonense:

- Concentrar esforços para corrigir de pronto a situação de caos na Saúde Pública do Amazonas, eliminando as longas filas para consultas, exames e cirurgias e elevando os indicadores gerais de saúde, prestando um serviço eficiente, resolutivo e humanizado;
- Fortalecer a Segurança Pública como um sistema integrado, proporcionando condições para que as Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica cumpram o seu papel de prevenir delitos, investigar e elucidar crimes e enfrentar com rigor o crime organizado e o tráfico de drogas;
- Investir em soluções duradouras para a melhoria da mobilidade urbana de Manaus, com a implantação de um sistema de transporte coletivo de alta capacidade e a abertura de vias estruturantes;
- Atuar nas redes de ligação rodoviária, aérea e fluvial, melhorando, em todo o Estado, as condições logísticas de acesso para a produção, o turismo, os negócios e a indústria;
- Cuidar para que nossos jovens tenham oportunidades na vida e no mercado de trabalho, consolidando a Rede Estadual de Ensino do Amazonas como um sistema criativo, produtivo e de alto rendimento escolar e aprendizagem, integrada à ampliação da oferta de Educação Profissional;
- Promover uma revolução nos métodos de gestão pública, baseada nos pilares da eficiência, da transparência, da transversalidade e da racionalidade, com tolerância zero à burocracia;
- Implantar nas diversas áreas da Administração uma gestão baseada no estabelecimento de metas, acompanhamento de sua execução e avaliação dos resultados, visando à eficiência dos gastos públicos.

Diretrizes setoriais

1. GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO

DIRETRIZES

- Tolerância zero com a burocracia;
- Revolução nos métodos da Gestão, que será baseada em cinco pilares: ***Eficiência, Transparência, Desburocratização, Transversalidade e Racionalidade;***
- Gestão por metas e resultados, garantida por um Pacto de Gestão entre os dirigentes dos diversos órgãos do governo e o governador.

2. SAÚDE

DIRETRIZES

- Consolidação da rede pública estadual de saúde como um sistema humanizado, resolutivo e eficiente;
- Garantia de um modelo de gestão que otimize os recursos orçamentários, e a infraestrutura instalada, incluindo política de desenvolvimento do capital humano com cumprimento de metas e resultados;
- Melhoria do perfil epidemiológico do Estado do Amazonas;
- Garantia de acesso ao sistema público de saúde a todos os cidadãos do Amazonas.

3. SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

DIRETRIZES

- Adoção de um modelo de gestão que otimize os recursos orçamentários e a infraestrutura instalada, incluindo uma política de desenvolvimento do capital humano com cumprimento de metas e resultados;
- Melhoria da posição do Amazonas no ranking nacional do Mapa da Violência;
- Participação e controle popular no Sistema de Segurança Pública;
- Estruturação de uma política prisional alinhada ao Plano Estratégico de Segurança Pública.
- Utilização da tecnologia como ferramenta para a melhoria da prestação dos serviços de segurança à população;

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETRIZES

- Criação de uma nova cultura de humanização nas unidades de atenção ao cidadão que possa instaurar padrões de relacionamento ético entre gestores, técnicos e usuários;
- Ampliação do acesso aos programas e serviços de Assistência Social para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em estado de vulnerabilidade e exclusão social;
- Participação da população na formulação das políticas e no controle das ações;
- Concepção dos serviços, programas e projetos centrada na família.

5. EDUCAÇÃO

DIRETRIZES

- Consolidação da rede pública estadual como um sistema criativo, produtivo e de alto rendimento escolar e aprendizagem;
- Elevação da escolaridade média da população, erradicação do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional;
- Redução das desigualdades educacionais no território amazonense, com respeito à diversidade étnico-cultural;
- Mobilização da sociedade para o engajamento na melhoria da qualidade da Educação do Amazonas.

6. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DIRETRIZES

- Geração de conhecimento, produtos e processos com alto impacto no desenvolvimento econômico e na vida das pessoas;
- Implementação de arranjos que articulam competências, infraestrutura de CT&I e recursos financeiros;
- Associação de inteligência e lideranças científicas e tecnológicas para garantir gestão, cooperação, excelência e desenvolvimento econômico;
- Atração de cérebros de outras regiões do País e do exterior e fixação de mestres e doutores do Amazonas;
- Formação de nova geração de profissionais amazonenses para alavancar o desenvolvimento em bases científicas e inovadoras.

7. POLÍTICA INDÍGENA

DIRETRIZES

- Elevação do Amazonas como referência em Políticas Públicas Indigenistas no Brasil;
- Ampliação dos programas educacionais nos diferentes níveis para a População Indígena;
- Fortalecimento das atividades produtivas indígenas sustentáveis, respeitando as potencialidades e identidade dos diferentes povos;
- Cooperação institucional com as organizações indígenas.

8. CULTURA

DIRETRIZES

- Interiorização da Agenda Cultural e das ações de formação nas diversas atividades culturais;
- Desenvolvimento da Cultura como instrumento de resgate social, de geração de trabalho e renda e de afirmação da identidade do povo amazonense.
- Resgate da História do Amazonas e de suas tradições, de forma a preservar a identidade cultural de nosso povo.

9. JUVENTUDE

DIRETRIZES

- Promoção das políticas públicas da Juventude, como tema transversal pelos diversos órgãos do Governo do Estado;
- Desenvolvimento de ações com o objetivo de promover a plena cidadania do jovem, de estimular sua criatividade e capacidade empreendedora, de viabilizar a sua inserção no mercado de trabalho;
- Estabelecimento de canais de interlocução efetiva com o jovem, de forma a compreender os seus anseios e demandas.

10. MULHER

DIRETRIZES

- Ampliação e interiorização dos serviços de atenção à mulher;
- Inserção da mulher nos programas de qualificação e aperfeiçoamento para o mercado de trabalho;
- Garantia do atendimento integral à saúde da mulher;
- Enfrentamento efetivo à violência contra a mulher.

11. ESPORTE E LAZER

DIRETRIZES

- Universalização e interiorização do acesso ao Desporto e ao Lazer, como parte de uma política estadual de promoção do bem-estar social;
- Formação continuada dos docentes e técnicos do Desporto;
- Ampliação da representatividade de atletas amazonenses no cenário esportivo nacional e internacional;

12. MEIO AMBIENTE

DIRETRIZES

- Recuperação da liderança e do protagonismo do Amazonas na esfera nacional e internacional na área de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Transformação dos ativos ambientais, em especial a biodiversidade e os serviços ambientais do Amazonas em riqueza para o Estado e trabalho e renda para a população;
- Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado, ampliando a participação da sociedade civil organizada, dos órgãos municipais e setor privado na construção e implementação das políticas públicas;
- Desburocratização e modernização do licenciamento ambiental, fomentando a economia rural e urbana;
- Atuação transversal da agenda de desenvolvimento sustentável nos diferentes programas e órgãos do Governo Estadual, criando o Conselho para Gestão Sustentável do Governo;
- Investimento na melhoria da qualidade do ambiente urbano, com ênfase para o saneamento de igarapés e áreas verdes.

13. PRODUÇÃO RURAL

DIRETRIZES

- Recuperação da capacidade de planejamento e gestão do setor produtivo, para estabelecer prioridades e planos de ação estratégicos;
- Redução da dependência externa de alimentos pelo Amazonas;
- Melhoria de infraestrutura de produção rural, criando os "cinturões verdes";
- Desburocratização do licenciamento ambiental para agilizar a economia rural.

14. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DIRETRIZES

- Ampliação da infraestrutura social e econômica, visando à elevação da qualidade de vida nas cidades e nas zonas rurais e à interiorização do desenvolvimento;
- Fortalecimento da infraestrutura de apoio à produção, visando ao aumento da atividade econômica e à geração de novas oportunidades de trabalho e renda.
- Desenvolvimento de ações concretas no sistemas rodoviário, portuário, aeroportuário e hidroviário visando reduzir custos e elevar a competitividade do Amazona, e irradiar o desenvolvimento econômico e social, por meio da integração dos modais.

15. TURISMO

DIRETRIZES

- Promoção da atividade turística, como eixo de relevância na economia do Estado, de forma ambientalmente sustentável e com inclusão social;
- Fortalecimento do Turismo do Amazonas, desenvolvendo com os Municípios a cadeia produtiva do setor, estimulando o empreendedorismo gerando negócios e atraindo investimentos;
- Atração de negócios turísticos com incentivos de desoneração fiscal e ampliação do crédito para empreendimentos turísticos.